

CONCURSO PÚBLICO  
C. S. J. DO EGITO (PE) - GRUPO 2



## VIGILANTE



100 QUESTÕES OBJETIVAS

### Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens a seguir.**

01. Em uma situação onde um cliente está sendo discriminado verbalmente por outro cliente devido a sua deficiência, é correto afirmar que os vigilantes podem utilizar qualquer meio disponível para impedir atos de discriminação contra pessoas com deficiência, inclusive força física, se necessário.
02. O plano de emergência deve incluir procedimentos específicos que os vigilantes devem seguir em caso de incêndio, incluindo o uso de extintores e a coordenação com os bombeiros.
03. Os vigilantes devem evitar qualquer contato físico desnecessário durante a revista pessoal, utilizando métodos não invasivos, sempre que possível.
04. Em edificações pequenas, com menos de 200 m<sup>2</sup>, não é necessário nenhum tipo de projeto de combate a incêndio, independente do tipo de atividade realizada no local.
05. Em situações de emergência, o vigilante deve ser capaz de coordenar a resposta utilizando tanto os sistemas de comunicação eletrônica quanto os manuais, garantindo a redundância das informações.
06. Os vigilantes devem aguardar a chegada das autoridades para iniciar qualquer ação durante uma emergência, sem seguir os procedimentos do plano de emergência.
07. A revista de bolsas e mochilas por vigilantes é sempre considerada legal, independentemente do contexto ou local onde é realizada.
08. Uma pessoa foi vítima de choque elétrico. Nesse caso. Nesse caso, é seguro tocar diretamente na vítima para afastá-la da fonte de eletricidade, se ela estiver em perigo imediato.
09. Os vigilantes devem estar atentos a sinais de violência psicológica, como mudanças abruptas no comportamento e sinais de medo ou ansiedade, especialmente em pessoas com deficiência.
10. É responsabilidade dos vigilantes documentar todas as revistas pessoais realizadas, incluindo data, hora, motivo e resultado da revista.
11. É responsabilidade do vigilante verificar periodicamente o estado das baterias dos sistemas de alarme para garantir que estejam sempre operacionais.
12. Uma vítima com hemorragia nasal deve inclinar a cabeça para trás e aplicar pressão no nariz. O vigilante deve assegurar que a cabeça da vítima esteja inclinada para trás para evitar que o sangue escorra.
13. Os vigilantes não precisam se preocupar com a manutenção do sistema de aterramento, pois, uma vez instalado, ele não necessita de verificações regulares.
14. Em uma situação na qual um cliente é suspeito de furtar produtos de uma loja, é correto afirmar que os vigilantes têm permissão legal para realizar revistas pessoais e apreensões, desde que estejam corretamente uniformizados e identificados.
15. Os vigilantes devem seguir protocolos específicos e padronizados para a revista de diferentes categorias de pessoas, como funcionários, visitantes e prestadores de serviço.
16. Os vigilantes devem estar atentos aos sinais de violência patrimonial contra pessoas idosas, como a exploração financeira, e relatar qualquer suspeita às autoridades competentes.
17. A utilização de eletrodutos flexíveis corrugados em instalações elétricas é recomendada apenas para uso interno ou embutido em alvenaria.
18. A elaboração de um plano de emergência é obrigatória para empresas, incluindo a análise de riscos e a definição de procedimentos claros para garantir a segurança dos colaboradores e minimizar danos.
19. Vigilantes não precisam conhecer a localização dos pontos de encontro no plano de emergência, pois sua função principal é apenas vigiar as entradas e saídas do prédio.

20. Em uma loja, o vigilante percebe que um indivíduo armado está prestes a atacar um cliente. De acordo com a legislação brasileira, o profissional pode exercer a legítima defesa, agindo para impedir a agressão iminente, mesmo que o ataque ainda não tenha ocorrido, pois a legítima defesa abrange tanto agressões em curso quanto agressões iminentes.
21. A utilização de cabos de telefonia é recomendada para a ligação dos sensores de alarme à central, pois são cabos amplamente disponíveis e econômicos.
22. Os vigilantes devem estar cientes de que a violência sexual contra pessoas com deficiência pode ser cometida tanto por desconhecidos quanto por cuidadores ou familiares, e devem relatar qualquer suspeita às autoridades competentes.
23. Durante uma emergência, os vigilantes devem seguir os procedimentos detalhados no plano de emergência para acionar a equipe socorrista e coordenar a evacuação.
24. Em casos de suspeita de violência física, vigilantes podem tratar as lesões da pessoa com deficiência e não precisam registrar a ocorrência se a vítima parecer bem.
25. A sinalização de emergência pode ser ignorada pelos vigilantes durante uma evacuação, pois as pessoas saberão intuitivamente para onde ir.
26. Os vigilantes são responsáveis por assegurar que todas as saídas de emergência estejam desobstruídas e acessíveis em todos os momentos, conforme indicado no plano de emergência.
27. De acordo com a legislação brasileira, o vigilante pode agir em legítima defesa própria ou de terceiros para repelir uma agressão injusta.
28. Em casos de abandono de idosos, os vigilantes devem encaminhar a vítima (o idoso) diretamente para um abrigo sem necessidade de acionar os serviços sociais.
29. Os vigilantes têm um papel fundamental em detectar violência psicológica contra pessoas idosas, como insultos e ameaças, e devem encaminhar esses casos para os serviços de apoio.
30. O vigilante deve realizar a limpeza de feridas abertas e superficiais com um antisséptico antes de aplicar qualquer tipo de curativo para evitar infecções.
31. A responsabilidade de garantir que as saídas de emergência estejam desobstruídas não é dos vigilantes, mas exclusivamente do corpo de bombeiros.
32. Provas obtidas por meio de revistas pessoais realizadas por vigilantes são admissíveis em processos judiciais, desde que haja suspeita razoável.
33. A instalação de sistemas de combate a incêndio deve ser feita exclusivamente por bombeiros, para garantir a conformidade com as normas de segurança.
34. Durante uma crise convulsiva, o vigilante deve segurar firmemente a vítima para evitar que ela se machuque durante os espasmos.
35. Em eventos públicos, vigilantes podem realizar revistas pessoais sem o consentimento dos indivíduos, para garantir a segurança do local.
36. No caso de uma vítima de engasgo que esteja consciente, o vigilante deve dar-lhe um copo de água para tentar ajudar a desobstruir a via aérea.
37. Um vigilante de uma loja observa um indivíduo desarmado ir para cima de um cliente. Em resposta à ação do indivíduo, o vigilante pode utilizar uma arma de choque elétrico para deter a agressão.
38. A emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é obrigatória para a validação de qualquer projeto de combate a incêndio.
39. Para a implantação de um sistema eletrônico de segurança, é essencial que o projeto contenha a lista de materiais, plantas e memorial de projeto.
40. A validade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é permanente, desde que nenhuma alteração estrutural seja feita na edificação.
41. Os vigilantes devem saber identificar os diferentes tipos de construções e ocupações detalhados no plano de emergência, para melhor coordenação em situações de risco.
42. Os vigilantes podem ignorar os treinamentos e simulações de evacuação, pois essas atividades são apenas para os funcionários administrativos.
43. Somente edificações comerciais de grande porte precisam se adequar às normas de prevenção e combate a incêndios, excluindo-se as edificações residenciais e pequenas empresas.
44. O vigilante deve estar pronto para usar medidas adequadas, como uma arma de choque elétrico, para parar ameaças e proteger a segurança dos clientes. Por exemplo, se um agressor armado com uma faca tentar atacar um cliente, o vigilante pode usar a arma de choque elétrico para imobilizá-lo e evitar ferimentos graves.
45. Em casos de fratura exposta, o vigilante deve tentar realinhar o osso antes de imobilizar a área afetada.
46. Em sistemas de segurança eletrônica, é aceitável que a instalação de eletrodutos rígidos metálicos seja realizada sem a utilização de luvas e buchas, desde que a fixação seja firme.
47. Os vigilantes devem estar familiarizados com a planta de risco do plano de emergência, que deve ser colocada em local visível e acessível para facilitar a evacuação durante uma emergência.
48. A obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é obrigatória para a regularização de edificações junto aos órgãos competentes, sendo imprescindível para a emissão do alvará de funcionamento, a contratação de seguros prediais e a realização de eventos públicos, mas não é exigida para a obtenção de financiamentos.
49. A legislação brasileira permite que o vigilante utilize técnicas de imobilização em situações de legítima defesa, desde que respeitados os limites da necessidade e da proporcionalidade.
50. A Constituição de 1988, no Art. 5º, assegura a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, princípios que devem orientar a atuação do vigilante na prevenção e combate a incêndios.
51. Em casos de queimaduras, o vigilante deve aplicar água corrente fria na área afetada por pelo menos 10 minutos para reduzir a dor e o risco de danos mais graves.

52. O vigilante deve sempre utilizar luvas descartáveis ao prestar os primeiros socorros, independente de haver ferimentos abertos ou não, para evitar contaminações e proteger tanto a si mesmo quanto a vítima.
53. A legislação brasileira exige que todas as edificações comerciais possuam um projeto de combate a incêndio, independentemente do seu tamanho.
54. A instalação de sistemas de combate a incêndio deve ser planejada de acordo com o tipo de ocupação e uso da edificação, visando garantir a eficácia das medidas de proteção.
55. Segundo a Constituição de 1988, Art. 5º, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, incluindo no atendimento pelo vigilante.
56. Ao prestar primeiros socorros para uma pessoa que está inconsciente, mas que está respirando, o vigilante deve imediatamente iniciar a RCP (ressuscitação cardiopulmonar).
57. Vigilantes podem tomar medidas punitivas diretamente contra indivíduos suspeitos de praticar violência psicológica contra idosos no local de trabalho.
58. Os vigilantes têm a autoridade para realizar investigações detalhadas sobre suspeitas de violência patrimonial contra pessoas idosas, incluindo a análise de documentos financeiros pessoais.
59. Em uma situação na qual um cliente é suspeito de furtar produtos de uma loja, é correto afirmar que a revista pessoal deve ser conduzida em um local apropriado e discreto, garantindo a privacidade do indivíduo.
60. A instalação de câmeras de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) em áreas estratégicas deve considerar o alcance da câmera e a iluminação do local monitorado.
61. Durante a manutenção preventiva dos sistemas de segurança eletrônica, o vigilante deve revisar a documentação "As Built" para verificar se todas as modificações realizadas durante a instalação foram corretamente documentadas e implementadas.
62. A realização de revistas pessoais por vigilantes pode ser considerada legal se fizer parte das normas internas da empresa e for informada previamente aos funcionários e visitantes.
63. O plano de emergência deve ser conhecido por todos os vigilantes, incluindo os recursos humanos e materiais disponíveis para responder a diferentes tipos de incidentes.
64. O plano de emergência deve ser revisado e atualizado regularmente, e os vigilantes devem estar cientes de qualquer alteração feita no plano.
65. Em sistemas de CFTV (Circuito Fechado de Televisão), o uso de câmeras com resolução inferior é aceitável, desde que a quantidade de câmeras instaladas seja aumentada para cobrir todas as áreas.
66. Uma vez que o projeto de incêndio é aprovado e implementado, ele não precisa ser revisado ou atualizado, a menos que a estrutura do edifício seja modificada.
67. Para garantir a segurança dos sistemas de alarme contra invasão, é suficiente que o vigilante realize verificações semestrais dos sensores e centrais de alarme.
68. A atuação dos vigilantes na realização de revistas pessoais é respaldada pelo Código de Processo Penal, que lhes confere poderes de polícia.
69. Em situações de parada cardiorrespiratória, o vigilante deve iniciar imediatamente as manobras de RCP (ressuscitação cardiopulmonar) até a chegada de ajuda especializada.
70. O vigilante deve possuir conhecimento técnico para interpretar os resultados dos testes de SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas) e garantir que todas as medidas de proteção estejam em conformidade com a NBR 5419.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

#### Julgue os itens a seguir.

71. A palavra "corremos", no contexto da frase "Nós corremos todos os dias", pode ser tanto verbo no presente do indicativo quanto verbo no pretérito perfeito do indicativo.
72. A soma entre dois números ímpares é sempre um número ímpar, mas quando fazemos a subtração o resultado é um número par.
73. Na frase "Os alunos que estudam bastante são dedicados", a expressão "que estudam bastante" é um aposto explicativo.
74. O elemento neutro da multiplicação é o número 1, pois a multiplicação entre qualquer número e 1 sempre resulta nesse número. Um exemplo é  $8 \times 1 = 8$ . Além disso, o inverso do número 8 é o número  $1/8$ , pois  $8 \times 1/8 = 1$ .
75. Na frase "Ele me perguntou se eu iria ao cinema", a oração "se eu iria ao cinema" é uma oração subordinada adverbial causal.
76. A divisão de 1497 por 3 possui resto zero, pois  $1+4+9+7 = 21$  e 21 é divisível por 3.
77. Na frase "Embora estivesse chovendo, nós fomos à praia", a oração "Embora estivesse chovendo" é uma oração subordinada adverbial concessiva.
78. O perímetro de um triângulo é dado pelo produto dos seus lados.
79. A área de um quadrado com lado 5 cm é dada pela soma dos lados. Ou seja, a área é  $5+5+5+5=20 \text{ cm}^2$ .
80. Uma vez que a multiplicação é distributiva, temos que  $4 \times (6/3) = 4/6 \times 3/6$ .
81. A área de um círculo com raio de 4 centímetros é calculada multiplicando o número pi pelo diâmetro. Ou seja, a área é o número pi multiplicado por 8, resultando em 8 vezes pi centímetros quadrados.
82. Na frase "Os pesquisadores realizaram um estudo aprofundado sobre o comportamento das abelhas", a palavra "aprofundado" é um adjetivo formado por derivação sufixal e funciona como adjunto adnominal.
83. Os acentos circunflexo e agudo são usados para distinguir as palavras paroxítonas quando têm a vogal tônica aberta ou fechada em palavras homógrafas de palavras proclíticas no singular e plural, como em "pêlo" e "pelo".

84. A área de um triângulo qualquer com altura 17 cm e base é 8 cm é dada pela soma da altura pela base dividida por 2. Ou seja, a área é  $(17+8)/2=25/2=12,5 \text{ cm}^2$ .
85. De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, em palavras compostas com os prefixos "circum-" e "pan-" seguidos de vogal, m ou n, o uso do hífen é obrigatório, como em "circum-navegação" e "pan-americano".
86. A palavra "desleal" é um exemplo de derivação parassintética.
87. As vogais tônicas grafadas (i) e (u) das palavras oxítonas e paroxítonas recebem acento quando são antecedidas de uma vogal com a qual não formam ditongo e desde que não constituam sílaba com a consoante seguinte, como em "baú".
88. A operação de adição possui a propriedade associativa, que garante que a maneira de agrupar os termos não influencia o resultado final. Essa propriedade pode ser rigorosamente demonstrada pela equação generalizada: para quaisquer números reais a, b e c, temos que  $(a+b)+c=a+(b+c)$ .
89. A vogal tônica grafada -i das palavras oxítonas terminadas em -r dos verbos terminados em -air e -uir não recebe acento agudo quando combinadas com -lo(s), -la(s), como em "atrai-lo".
90. É utilizado o acento agudo nas vogais tônicas grafadas em -i e -u das palavras paroxítonas quando precedidas de ditongo, como em "baiúca".
91. O acento circunflexo é opcional na palavra "pôde" na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, não sendo necessário para distingui-la da forma verbal correspondente do presente do indicativo: "pode".
92. A área de um trapézio onde a base menor é 4, a base maior é 12 e a altura é 5 é 40.
93. Na operação de soma, o resultado sempre será maior do que qualquer um dos números somados.
94. Se a área de um triângulo retângulo é  $50 \text{ cm}^2$  e sua altura é 12 cm, então sua base é 8.33 cm.
95. A multiplicação possui a propriedade distributiva, ou seja, dados números reais a, b e c, temos que  $a \times (b+c)=axb + axc$ .
96. De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, os adjetivos gentílicos derivados de topônimos compostos, como "porto-alegrense" e "belo-horizontino", mantêm o hífen para preservar a clareza da formação das palavras.
97. A divisão do número real a pelo número real b sempre resultará em um número maior que a, pois a divisão é uma operação que divide as partes.
98. A área de um paralelogramo pode ser calculada multiplicando a base pela altura perpendicular, medindo a quantidade de espaço bidimensional dentro da figura. Assim, se um paralelogramo tem altura 3 cm e base 2 cm, sua área é 6 cm.
99. Segundo o Novo Acordo Ortográfico, as formas verbais "mantêm" e "contêm" são acentuadas para distinguir do singular "mantém" e "contém".
100. Na frase "A maioria das sugestões foi aceita pela comissão", a concordância verbal está correta, considerando a regra de concordância com expressões partitivas.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**